

Dagdeviren, Hulya. **Privatizar para Reduzir a Pobreza? O caso de Bangladesh e sua relevância para outras economias em desenvolvimento.** *En publicacion: A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global.* Cimadamore, Alberto; Hartley, Dean; Siquiera, Jorge. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 978-987-1183-59-3

Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/crop/pobreza/09dagde.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

HULYA DAGDEVIREN*

PRIVATIZAR PARA REDUZIR A POBREZA? O CASO DE BANGLADESH E SUA RELEVÂNCIA PARA OUTRAS ECONOMIAS EM DESENVOLVIMENTO

INTRODUÇÃO

A mudança, nas duas últimas décadas, de uma estratégia de desenvolvimento liderada pelo Estado para uma outra, orientada pelo mercado, o que ocorreu na maioria dos países não industrializados sob os ditames do Banco Mundial e do FMI, teve repercussões sobre a formulação de políticas de redução da pobreza. O papel do Estado foi redefinido, tanto em termos de sua posição no “mercado” quanto nas formas através das quais ele intervém no processo de redistribuição.

Nesse ínterim, a preocupação quanto à persistência e/ou ao aumento da pobreza em muitos países em desenvolvimento (PEDs), assim como nas economias em transição, nas décadas de 1980 e 1990, levou a que muitos reconsiderassem a relação entre políticas econômicas e objetivos sociais. Os dois maiores atores na formulação de políticas no mundo não industrializado, isto é, o Banco Mundial e o FMI, promoveram uma revisão na natureza de sua política de empréstimo condicional. O foco original, centrado na estabilização e no ajuste estrutural

* Hulya Dagdeviren é economista do desenvolvimento e Professora Titular na Faculdade de Administração da Universidade de Hertfordshire, Reino Unido. Atua, também, como consultora para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) sobre vários temas, tais como pobreza, privatização, comércio e política industrial em países em desenvolvimento.

(EAE), voltou-se de modo visivelmente significativo para uma estratégia de redução da pobreza. A estabilização e o ajuste estrutural foram substituídos, ao final dos anos 90 do século passado, pelas Recomendações de Estratégias de Redução da Pobreza (RERPs). Embora estas últimas tenham sido concebidas pelo governo de cada país, correspondiam, em muitos aspectos, às políticas padrão de EAE (liberalização do comércio, desregulamentação financeira, reformas do setor público).

Invariavelmente, as Recomendações de Estratégias de Redução da Pobreza destinadas a economias específicas incluíam a privatização de empresas estatais (EEs) como componente essencial do processo de diminuição da pobreza. Prevaleceu a idéia de que as EEs drenam os recursos nacionais – por excesso de pessoal, suporte orçamentário excessivo, perdas e ineficiência –, recursos esses, que poderiam ser usados de maneira mais produtiva para atingir objetivos sociais fundamentais, como, por exemplo, a redução da pobreza.

Neste capítulo, pretendemos revisar o processo de privatização a fim de explorar suas implicações na minimização da pobreza em Bangladesh¹. Os resultados da pesquisa e as avaliações são altamente relevantes para outros países em desenvolvimento, inclusive os da América Latina. A primeira parte apresenta um panorama dos temas relacionados à privatização em termos gerais. As seções subseqüentes avaliam o processo de privatização em Bangladesh, considerando suas implicações sobre o emprego, a geração de renda e a eficiência.

PANORAMA

A redução da pobreza no mundo em desenvolvimento, até os anos 80 do século XX, esteve, freqüentemente de forma implícita, vinculada à estratégia de desenvolvimento econômico mais abrangente. O crescimento industrial mais alto e mais rápido, através da substituição de importações, constituiu um aspecto destacado dessa estratégia em que o Estado liderava o processo. A existência e a expansão das empresas estatais (EEs) no seio dessas economias eram justificadas com base em diversos objetivos, incluindo a eliminação das falhas do mercado, o suporte ao desenvolvimento econômico, em que o setor privado era bastante frágil, e a redistribuição da renda como meios para reduzir a pobreza e as desigualdades.

As privatizações em larga escala, no mundo não industrializado, tornaram-se parte do processo de liberalização que marcou a mudança no paradigma de desenvolvimento a partir do início da década de 1980.

1 A pesquisa que deu origem a este texto foi realizada durante minha estada em Dhaka, no verão de 2002, como parte de um programa mais amplo de *Macroeconomics of Poverty Reduction in Asia-Pacific*, encomendado e em parte financiado pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A razão de ser, então, foi a de que a “ineficiência” das EEs minava as possibilidades de crescimento. O bem-estar distributivo e social resultante da privatização foi visivelmente anulado pela ênfase quase exclusiva na eficiência. Partindo dessa perspectiva, os partidários da privatização destacaram de que modo a esperada elevação dessa eficiência conduziria à aceleração do crescimento e, supostamente, a um melhor desempenho social. O que se espera é que a renda pública cubra as perdas das EEs, e que, combinada com os recursos provenientes da venda daquelas, gere recursos para projetos sociais de redução da pobreza.

O problema reside em que, mesmo que a privatização eleve a eficiência – embora isso também seja ambíguo – ou a ganhos positivos em termos de renda, seria isso automaticamente traduzido em redução da pobreza? Responder a essa questão exige que se analise não apenas a natureza de tais ganhos – conduzem eles a um crescimento “pelos pobres”? –, mas também as conseqüências da privatização no que diz respeito à distribuição. Sobre este último aspecto, são surpreendentemente poucas as pesquisas até época recente. Ramanadham (1995), Hoeven e Sziracki (1997), Chisari, Estache e Romero (1997), Macedo (2000), Birdsall e Nellis (2002) são alguns dos nomes que, nesse sentido, podem ser citados. E uma das valiosas contribuições desses trabalhos consiste em reconhecer que, no processo de privatização, há ganhadores e perdedores. Sob certas circunstâncias, tais como, a falta de uma estrutura reguladora, a estratégia e a forma de privatização, o contingente de perdedores tende a aumentar.

Neste capítulo, nossa avaliação baseia-se na premissa de que o impacto da privatização sobre a pobreza pode ser percebido através de seus efeitos sobre o crescimento e a distribuição². Mais especificamente, os efeitos da privatização seriam alimentados nos processos de crescimento e distribuição através do seu impacto sobre: emprego, rendas governamentais e eficiência na produção.

Há que levar em conta que, embora todos esses elementos apontem para uma mudança positiva, como a geração de rendas elevadas através da privatização, o fato, por si só, não significa um golpe real sobre os níveis de pobreza. De modo geral, o efeito concreto não depende somente da natureza da mudança daqueles indicadores – negativa ou positiva –, mas também da medida em que os benefícios são diretamente compartilhados pelos pobres ou usados com o objetivo de reduzir a pobreza.

O resultado, em termos de distribuição, tanto para beneficiários quanto para perdedores, seria o produto de determinadas escolhas e

2 Esta afirmação deveria ser não-controvertida, uma vez que a relação da pobreza com crescimento e distribuição é bem apresentada na literatura. Discussões extensas sobre isso podem ser encontradas em Chenery *et al.* (1974), Ravallion (2001) e Dagdeviren, Hoeven e Weeks (2002).

substituições através de diversos canais. Por exemplo, se a privatização se faz acompanhar do aumento de preços, implica perda para o consumidor; mas gera ganho para o novo produtor. Do mesmo modo, enquanto as demissões ou a retração de mão-de-obra, durante ou após a privatização, implicam sérias perdas para os trabalhadores e seus dependentes, podem beneficiar os investidores da empresa privatizada através do ganho na eficiência produtiva e na elevação da capacidade de lucro.

Finalmente, os resultados em longo prazo podem ser essencialmente distintos daqueles alcançados em curto e médio prazos. Por exemplo, a desapropriação de EEs pode, inicialmente, implicar uma economia substancial. De médio a longo prazo, esse resultado negativo pode ser contrabalançado pelo aumento do emprego, seguido da elevação da produtividade do trabalho, ao mesmo tempo em que a possibilidade de aumento dos lucros geraria mais investimentos.

Nas linhas acima foi abordado o caso da privatização em Bangladesh, embora seja aplicável a outras economias em desenvolvimento incluindo as da América Latina, muitas das quais têm experiência mais longa e extensiva no que diz respeito à privatização.

O CASO DE BANGLADESH

Bangladesh é um dos países mais pobres da Ásia. Embora, ao longo dos anos, tenha havido algum progresso quanto à redução dos níveis de pobreza, o quadro atual de bem-estar está longe de ser satisfatório. As estimativas mais recentes mostram que o índice de pobreza naquele país aproxima-se dos 45%, e seu nível na zona rural é ainda mais elevado do que a média nacional (v. Tabela 10.1., abaixo)³.

Tabela 10.1.
A Abrangência de Pobreza em Bangladesh (índices proporcionais)

	Nacional	Pobreza Rural	Pobreza Urbana
Bangladesh	44,3	52,5	42,3

Fonte: BBS (2000).

Enquanto, em muitos países em desenvolvimento, a eliminação da pobreza esteve aliada à estratégia de crescimento mais ampla, com base na industrialização liderada pelo Estado, Bangladesh não viveu uma

³ Note-se que o *Interim Poverty Reduction Strategy Paper for Bangladesh* (MOF, 2003) constata uma incidência de pobreza mais alta, em nível nacional (49,8%) e uma mais baixa em áreas urbanas (36,6%).

história semelhante nesse sentido. Países como a Índia atravessaram períodos relativamente bem sucedidos de industrialização liderada pelo Estado, o que se deu durante cerca de três décadas, a partir dos anos 50 do século XX, desenvolvendo uma substancial capacidade produtiva. Por outro lado, em Bangladesh, após a independência, em 1971, o Estado tornou-se, de fato, dono de um grande número de empresas. Isso ocorreu quando as EEs em outras partes do mundo começavam a enfrentar sérios desafios devido aos efeitos adversos da crise do petróleo, à recessão global e à elevação do endividamento, o que as levou a buscar caminhos rumo à reestruturação. Em parte, como resultado desse quadro, levantou-se em Bangladesh uma onda de desnacionalização logo após a nacionalização das chamadas “empresas abandonadas”. A isso se seguiu o mais acelerado processo de privatização⁴ de EEs, iniciado durante o governo militar do General Ershad, que durou de 1982 a 1986. Durante esse período, a participação do setor público no conjunto do parque industrial foi reduzida em mais da metade⁵. Nos últimos anos da década de 1980, verificou-se uma significativa desaceleração nesse processo. Enquanto a desestatização diminuía nessa última década, a tarefa de retirar o setor público da atividade produtiva real, sobretudo do âmbito da manufatura, era levada a cabo impedindo sua expansão para a indústria. A participação do setor público na atividade industrial, tanto em termos de emprego quanto no que tange ao lucro, declinou de cerca de 70% para 10%.

São várias as características do processo de privatização em Bangladesh. Em primeiro lugar, o debate em torno do tema foi limitado em razão da natureza do regime político na década de 1980. A falta de discussão sobre o assunto poderia ser vista como um fato sem importância, mas, na verdade, pode fazer grande diferença. Por exemplo, na Índia, desde os anos 80 do século passado, tem-se debatido muito sobre privatização, bem como acerca de diferentes tipos de reforma nas EEs, incluindo a idéia de privatizá-las. A utilização de contratos de desempenho, os esforços para ampliar a autonomia gerencial, a eliminação do controle de preços para os produtos das EEs, entre muitas outras medidas, melhoraram significativamente o desempenho geral das EEs na última década (Goyal, 2000).

Em segundo lugar, o principal mecanismo de privatização em Bangladesh foram as vendas em bloco e a desapropriação generalizada, conhecida como a mais regressiva em termos de distribuição. Em ter-

4 O termo privatização (e desapropriação) é usado neste trabalho para explicar a transformação de uma empresa pública em privada, através de venda. Embora haja muitas outras formas de privatização, a que prevalece em Bangladesh é a realizada através da venda.

5 Para um panorama das privatizações em Bangladesh nos anos de 1970 e 1980, ver Humphrey (1990).

ceiro lugar, a maioria das EEs desestatizadas compunha-se de unidades industriais de pequena escala, geradoras de perdas (sobretudo processadores de juta e pequenas fábricas têxteis). Finalmente, os investidores em Bangladesh não foram submetidos a condições pelas autoridades, ao contrário de outros países, como a Índia, em que os contratos de compra continham certas obrigações a serem cumpridas pelo investidor (por exemplo, novo investimento, normas restritivas quanto à venda de ações e limitações trabalhistas).

A PRIVATIZAÇÃO E SEU IMPACTO SOBRE O EMPREGO

A privatização é, freqüentemente, acompanhada de grandes cortes no emprego⁶, os quais afetam de imediato a sobrevivência dos trabalhadores demitidos. O impacto das demissões sobre a pobreza mostra-se mais severo em países pobres, que não dispõem de mecanismos de seguridade social (por exemplo, seguro desemprego ou seguro renda). Entre as famílias prejudicadas, as que contam com outras parcas fontes de renda são aquelas que cairão abaixo da linha de pobreza após as demissões. As oportunidades e os entraves da re-inserção no mercado de trabalho seriam outro fator a determinar a extensão das adversidades e o impacto sobre a pobreza.

As demissões como parte do processo de privatização foram substanciais na Ásia Meridional como um todo e, em particular, em Bangladesh, tal como consta da Tabela 10.2. Note-se que o importante não é apenas o grau de restrição quanto ao trabalho, mas também a maneira em que essa redução se dá. A reestruturação do mercado de trabalho em Bangladesh ocorreu, principalmente, sob a forma de recessão, o que implicou maior insegurança, tanto em termos de renda como de outros benefícios, por exemplo, assistência médica, comparadas com outros métodos, como o processo de aposentadoria voluntária, aplicado na Índia. Os trabalhadores mais velhos, com longos anos de serviço, são certamente os mais duramente golpeados pela situação, uma vez que a perda de renda não é a única adversidade que se lhes apresenta. A insegurança que eles têm que enfrentar, como conseqüência da perda do emprego, envolve também benefícios tais como cobertura de plano de saúde, o que faz uma diferença crucial em sua qualidade de vida. E a mudança para a renda como aposentados – supondo-se que, para eles, é muito mais difícil uma nova oportunidade de emprego – envolve uma questão moral que não pode ser resolvida com base num raciocínio puramente econômico.

⁶ Para um panorama das demissões no mundo em desenvolvimento, ver Kikeri (1998) e para as demissões em Bangladesh, ver ILO (1999).

Tabela 10.2.
Demissões Resultantes da Privatização na Ásia Meridional

	Emprego em EE	Demissão % ⁽¹⁾	Custos da Recessão
Bangladesh	240 mil	25	TK 7 bilhões
Índia	9.8 milhões	23 ^a	Rs. 48.092 bilhões
Paquistão	34.6 mil	63 ^a	Rs. 3.559 milhões

Fonte: Joshi (2000)

⁽¹⁾ Percentual de força de trabalho em empresas privadas

^(a) Aposentadoria voluntária

Evitar a perda do bem-estar e/ou a pobreza entre as famílias afetadas depende em grande parte de medidas governamentais. Contudo, nesse contexto, o principal dilema é o seguinte: uma vez que medidas apropriadas são levadas a efeito, o custo da privatização pode ser maior do que seus benefícios imediatos. Essa afirmação torna-se óbvia ao se observarem os dados da Tabela 10.4, segundo os quais espera-se que o custo da compensação aos trabalhadores seja 10 vezes maior do que os recursos da venda a serem gerados através da privatização.

Segundo o procedimento mais atual, conhecido como “o aperto de mãos dourado”, a compensação oferecida aos trabalhadores demitidos varia de acordo com o número de anos trabalhados. Por exemplo, um trabalhador com 10 anos de serviço merece um abono equivalente a 20 salários mensais mais um adicional que, aqui também, varia conforme o período de trabalho. Embora a compensação oferecida aos trabalhadores demitidos tenha aumentado, ao longo do tempo, em Bangladesh, ela ainda está longe de ser adequada, especialmente quando novas oportunidades de emprego são limitadas. A iniciativa de revisão participativa do ajuste estrutural em Bangladesh revelou que “um grande número de trabalhadores excluídos ainda espera pelo pagamento dos benefícios do tão decantado “aperto de mãos dourado” [...] os que receberam o dinheiro falharam na tentativa de investir a quantia em empreendimentos produtivos [...] centenas deles – trabalhadores demitidos – morreram sem assistência médica” (Bhattacharya e Titumir, 2001:169 e 206).

O que aconteceu com os trabalhadores que ficaram? De que maneira seu bem-estar foi afetado pela privatização? Ficou amplamente evidenciado, no mundo em desenvolvimento, que a maior flexibilidade, ocorrida pós-privatização, aumentou o nível de insegurança dos trabalhadores. Veja-se Hoeven e Sziraczki (1997). A experiência em Bangladesh foi similar, tal como demonstram Bhaskar e Khan (1995), que observaram, nos moinhos privatizados, entre 1983 e 1986, a redução do número de trabalhadores permanentes ser negociada mediante o aumento da força de trabalho temporária, submetida a contratos de trabalho de termos e condições mais precários.

Está bem documentado que, em muitas economias em desenvolvimento, grande parte das EEs operam com uma força de trabalho substancialmente excessiva. O excesso de empregados nas empresas públicas reduz a produtividade, retarda o uso eficiente dos recursos e, conseqüentemente, põe em risco sua viabilidade econômica. Em alguns casos, as perdas podem significar um ônus sério para o contribuinte. Além disso, embora o excesso de emprego no setor público contribua para o bem-estar social daqueles que, de outra forma, estariam desempregados e, talvez, vivendo na pobreza, não soluciona os problemas socioeconômicos. Isso se deve a que o acesso ao emprego em empresas públicas pode ser um privilégio da população urbana e daqueles bem relacionados com funcionários do governo. Nesse caso, o excesso de servidores pode gerar injustiça social e reforçar o clientelismo, além de sua influência negativa na viabilidade das EEs. O problema do desemprego deve ser resolvido através de medidas igualitárias (por exemplo, desenvolvendo as instituições de seguridade social) que podem beneficiar o universo pobre e o desempregado.

É necessário reconhecer que a força de trabalho excessiva nas EEs não é uma condição suficiente para a privatização. Esforços devem ser envidados em busca da racionalização da força de trabalho sustentável e socialmente responsável nas EEs. Existe uma variedade de alternativas através dos processos de aposentadoria precoce ou voluntária⁷ para reduzir novas admissões e distribuir o excedente em unidades que apresentem deficiência de pessoal, oferecendo oportunidades de recapitação. Se algumas demissões forem inevitáveis, deve-se, então adotar medidas justas e adequadas de compensação. Se um método particular de privatização (sociedade de risco, venda, etc.) for superior a qualquer outro tipo de reforma nas EEs, os aspectos legais e práticos (fim dos benefícios, treinamento, pensões) decorrentes da reestruturação do trabalho devem ser observados como uma parte integrante de todo o processo.

GERAÇÃO DE RENDA MEDIANTE DESAPROPRIAÇÃO

A geração de renda e seu uso para fins sociais são citados entre quase todos os objetivos da política de privatização em Bangladesh (PCB, 2001). Por isso, o sucesso de sua implementação pode ser avaliado observando-se o nível de renda líquida gerada pela desapropriação, cotejando-o com a abrangência em que esses recursos são usados para redução da pobreza. Há três dimensões de geração de renda através da desapropriação. São eles: os recursos da venda face ao conjunto de custos da privatização (por exemplo, custos administrativos, compen-

⁷ Os quais não privam os trabalhadores com longo tempo de serviço dos seus benefícios não relacionados ao trabalho.

sação dos empregados); os lucros e perdas das EEs; e as mudanças no sistema de imposto sobre a renda após a privatização. Dentre essas três dimensões, os recursos provenientes da venda, associados a cada desapropriação, devem ser considerados como ganho/perda, e as duas dimensões restantes compõem a índole de longo prazo. A geração de renda bruta em Bangladesh foi funesta, apesar do grande número de unidades envolvidas na privatização, como mostra a Tabela 10. 3, abaixo. A razão básica disso foi o fato de a privatização ter atingido, em maior ou menor medida, as empresas relativamente menores, isto é, as unidades manufatureiras de produção, de trabalho intenso, mas geradoras de perdas, e que operavam sob as condições de mercado mais competitivas, e com substanciais dívidas, como eram os casos das empresas têxteis e dos moinhos de juta⁸. Sob tais condições, o que ocorreu foi uma enorme falta de interesse da parte dos investidores. Ademais, a privatização de um número bastante elevado de moinhos deu-se sob a forma de desnacionalização, o que levou ao retorno dessas unidades produtivas às mãos dos seus antigos proprietários.

As rendas brutas das privatizações, de 1982 a 1998, constituíram, se muito, 1,5% do total de gastos do governo nos melhores anos, que foram 1983 e 1993. Durante grande parte dos demais anos, esse percentual não ultrapassou 0,3% do montante de despesas governamentais⁹. Essas estimativas indicam que, mesmo considerando o caso menos provável de que tais rendas eram líquidas e de que elas foram totalmen-

Tabela 10.3.
Recursos Gerados pelas Privatizações na Ásia Meridional (até 1999)

	Rendas (milhões de US\$)	Núm. de empr. privatizadas	Fundos envolvidos
Bangladesh	60	502(*)	0
Índia	8.983	78	1.547
Nepal	13	10	1
Paquistão	1.993	106	939
Siri Lanka	807	75	408

Fonte: Banco Mundial (2000).

(*) Inclui todas as empresas privatizadas de 1970 até 1999. A cifra corresponde às apontadas por Humphrey (1990) e Banco Mundial (2000).

8 De modo geral, sabe-se que a geração de renda através da desnacionalização de EEs com características naturais de monopólio (como as de fornecimento de serviços públicos) é muito mais elevada, o que não ocorreu em Bangladesh.

9 Estimativa feita a partir das cifras relativas aos Gastos do Governo no(s) Anuário (s) Estatístico(s) de Bangladesh pelo BBS. As rendas da privatização para 1983 e 1984 são encontradas Humphrey (1990), as de 1989 a 1998 foram colhidas da Base de Dados on-line do Banco Mundial, as quais podem ser acessadas através de <http://www.privatizationlink.com>

te aplicadas na redução da pobreza, o impacto seria certamente insignificante, especialmente sendo tais recursos insustentáveis. Ademais, a Ata de Privatização 2000 determinava que a prioridade quanto ao uso desses recursos seria dada ao pagamento dos principais empréstimos e obrigações da respectiva empresa.

O conjunto de rendas relativas aos custos administrativos e de reestruturação parece muito mais reduzido, talvez mesmo negativo, do que as cifras brutas. O pacote compensatório destinado aos empregados demitidos compõe o custo mais elevado, no caso de Bangladesh, no que tange aos planos de futuras desapropriações. Por exemplo, a Tabela 10.4, abaixo, indica os recursos das vendas já estimados, assim como os custos de compensação envolvendo as empresas a serem desnacionalizadas ao longo do Ano Fiscal de 2002-2003. O que ele mostra é que o custo das compensações aos demitidos, por si só, está estimado em 10 vezes mais do que o conjunto de recursos a serem obtidos com as vendas.

Tabela 10.4.
Empresas a serem desnacionalizadas no Ano Fiscal de 2002-2003

Renda estimada da venda (bruta)	Renda estimada da venda (valor líquido empréstimos em longo prazo)	Nº de reduções	Pagamento estimado de indenizações
12.205	4.678	21.771	49.359

Fonte: Célula de Monitoramento, Ministério da Fazenda .

Se forem incluídos outros custos, tais como os destinados a converter dívidas atuais naquelas de longo prazo, bem como os custos administrativos, a privatização parece estar impondo uma carga substancial ao governo. Por exemplo, embora as obrigações de longo prazo sejam repassadas ao comprador, elas são deduzidas do preço total da venda. A redução no preço de venda esperado, em razão do endividamento das empresas serem desnacionalizadas em 2002-2003, varia entre 43 e 67%. A redução média é de 38% (Tabela 10.4.). Além disso, os investidores que estão comprando a empresa recebem do Estado um empréstimo de longo prazo para liquidar suas dívidas. Ademais, eles têm direito a um desconto máximo de 40% sobre o preço de venda, desde que paguem todas as dívidas no prazo de até 30 dias, em divisas. Essas concessões, juntamente a outros custos, sugerem que a privatização impôs gastos substanciais ao setor público, sem considerar a renda gerada.

A questão seguinte refere-se ao montante dos recursos que podem ser liberados após a privatização, na medida em que já não se poderia confiar no setor público como financiador dos déficits das EEs. Em Bangladesh, as EEs têm sido, de modo consistente, geradoras de

perdas desde meados da década de 1980, com exceção de poucos anos. Embora essas perdas possam ser consideradas marginais ao longo de alguns anos, seu volume tem-se mantido consideravelmente alto por muitos outros. Conforme mostra a Tabela 10.5, as perdas líquidas das EEs têm alcançado o patamar de 2%, em média, do gasto total do governo em 1990-2000, e muito mais elevadas em alguns anos isoladamente. As perdas das EEs manufatureiras constituem a fonte básica dessas perdas agregadas.

Tabela 10.5.
A proporção dos lucros líquidos das EEs (perdas) nos gastos do governo

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
(6,38)	(5,34)	8,24	(2,79)	0,18	(2,18)	(0,16)	(4,87)	(1,07)	(1,34)	(5,78)

Fonte: Célula de Monitoramento, Ministério da Fazenda e BBS, Relatório Estatístico de Bangladesh, diversos anos.

Diversas questões podem ser aventadas em torno desse quadro. E a mais destacada é, sem dúvida, a implicação de se eliminarem tais perdas através da exclusão dos pobres. A menos que os recursos alocados sejam utilizados na geração de emprego, desenvolvimento de infraestrutura e na melhoria da saúde e da educação para o pobre, tudo indica que não havia sucesso na luta contra a pobreza. O segundo ponto refere-se às causas das perdas nas empresas públicas. Resolver esse problema exige a abordagem de suas três possíveis fontes: É a inerente ineficiência das EEs o que as leva a gerar perdas? Existem fatores estruturais de ampla presença na economia que contribuem para sua geração de perdas? Qual é o papel das responsabilidades *quasi*-fiscais das EEs em sua produção de perdas?

Embora os dois primeiros pontos sejam tema do próximo item, permita-se-nos começar introduzindo-os aqui. Um dos argumentos mais populares contra a propriedade pública reside na teoria da “busca de renda” (Krueger, 1974) e na corrupção. Quando a origem da geração de perdas está nas práticas corruptas de servidores públicos, os que estão fora do círculo da corrupção perderiam, incluindo aqueles que vivem na pobreza. Contudo, a questão é se a privatização conduz ou não ao fim da busca de renda e da corrupção. A experiência na Europa do Leste, especialmente na Rússia (Stiglitz, 2002), assim como os casos de corrupção que têm surgido nos Estados Unidos, em anos recentes, sugerem o contrário. Nem a privatização elimina a busca de renda e a corrupção – e talvez, sob certas circunstâncias, as exacerbe – nem os países com setores privados fortes estão livres de ambas.

A geração de perdas devido a fatores econômicos abrangentes, por exemplo, falta de infra-estrutura, de mão-de-obra capacitada, etc., tende a permanecer sob a propriedade privada. Ademais – o que é mais importante –, se um componente das perdas de uma EE emerge em razão do papel *quasi*-fiscal das EEs, certos setores e grupos sociais, incluindo os pobres, podem ser os perdedores.

No sentido de dar mais consistência a este item final, tomemos o exemplo das Corporações de Indústrias Químicas de Bangladesh (CIQB, ou BCIC, sigla de *Bangladesh Chemical Industries Corporations*), empresa do setor público que detém o monopólio da produção de uréia – um tipo de fertilizante. O preço da uréia junto à CIQB era cerca de 45% mais baixo do que o preço paritário médio de exportação, no período de 1990-2002, segundo um estudo do Banco Mundial. Tal como aparece na Tabela 10.6, o subsídio anual total variava de um mínimo em torno de 3 bilhões da moeda nacional ao máximo de 14 bilhões Takas, entre 1991 e 2000.

Tabela 10.6.
Subsídio total sobre a uréia e desempenho da CIQB/BCIC (milhões de Taka)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Subsídio total uréia	5	6,1	4,8	5	12,8	13,9	11,7	4,9	2,7	3,7
Lucro/perda líq. CIQB/BCIC	-0,34	-0,55	0,21	0,25	-0,75	-1,21	-2,38	-0,67	-1,42	-1,50
Lucros sem subsídio (*)	4,66	5,55	5,01	5,25	12,05	12,69	9,32	4,23	1,28	2,20

Fonte: Banco Mundial (2002).

(*) Note-se que esta estimativa não inclui o subsídio ao BCIC concedido pelo BOGMC mediante a redução de preço de venda do gás.

Uma vez que esses subsídios são levados em conta, as perdas líquidas da CIQB/BCIC são convertidas em montantes substanciais de lucros líquidos. As vendas subsidiadas das EEs a diversos setores não só afetam seu desempenho financeiro, mas também têm implicações sobre o crescimento econômico geral e a distribuição, na medida em que representam efetivamente uma transferência do setor público para o privado. A privatização de unidades como as BCICs pode pôr fim aos investimentos de baixo custo.

De que forma esses subsídios afetariam os pobres? Bangladesh é um país em que, no ano 2000, cerca de 63% dos trabalhadores ativos estavam engajados na produção agrícola e, aproximadamente 75% da população viviam no meio rural. Segundo a Pesquisa de Renda e Gasto Familiar (2000), a proporção de pobres no campo era de 52,5% em 2000. Se associarmos a propriedade da terra com a produção e o uso de uréia, a presença de subsídio para esse produto tende a beneficiar uma

grande parcela de proprietários pequenos e marginais. Isso se deve a que a concentração da propriedade da terra não é muito alta em Bangladesh. Apenas cerca de 20% das famílias em nível nacional têm parcelas de terra maiores de 1,5 acre. Aproximadamente 10% das famílias não possuem terra. Os restantes são proprietários de pequeno porte e marginais, que tendem a beneficiar-se dos subsídios para fertilizantes em graus variados.

Bangladesh tem a sorte de contar com grandes reservas de gás natural, o que permite às EEs fornecerem fertilizante aos fazendeiros a preços significativamente mais baixos do que os do mercado internacional. A desapropriação de empresas dedicadas à produção de uréia sob a égide da CIQB/BCIC pode implicar o aumento do preço da uréia, levando à redistribuição da renda em favor de novos proprietários através do aumento dos lucros. Qual seria o impacto dessas mudanças sobre a pobreza? Uma das possibilidades seria o aumento dos índices de concentração fundiária, se a elevação do preço do fertilizante for de tal montante que os proprietários rurais pequenos e marginais sejam alijados de sua atividade produtiva. A implicação é a de que se essas famílias atingidas já estiverem entre os não pobres, poderão resvalar para a pobreza ou cair na miséria extrema. Uma segunda possibilidade é a do declínio geral do uso de fertilizante, associado ao aumento dos preços, que pode ameaçar a segurança alimentar nacional. O bem-estar das comunidades não produtoras rurais e da população urbana poderia, por sua vez, ser afetado negativamente pelo alto custo da produção agrícola e os preços elevados da cesta básica.

Em toda parte, o impacto da privatização sobre a pobreza, no que tange ao papel dos subsídios, tende a depender da linha de produção e do serviço que está sendo privatizado. Enquanto houver a possibilidade de uma conexão direta entre pobreza e privatização de empresas produtoras, digamos, de fertilizante, é possível ocorrer que, em outras áreas, as conseqüências adversas não sejam sentidas pelos pobres, se estes não são consumidores dos bens e serviços produzidos pelas EEs antes de sua privatização. Mesmo em tais casos, não se descarta que haja uma razão para a existência de subsídios, isto é, no caso de que estes desempenhem um papel vital no crescimento e desenvolvimento de algumas indústrias.

Uma outra linha de raciocínio seria a de que os subsídios podem ser mantidos, mesmo após a privatização, através da alocação de recursos orçamentários. O dilema, nesse caso, provém do fato de que as economias frágeis em termos de geração de renda já são seriamente recessivas pela falta de capacidade em gerá-las, bem como pelas rígidas normas fiscais que devem seguir. Conseguir os subsídios/apoio necessários à redução da pobreza e ao desenvolvimento industrial, através

de dotações orçamentárias, constitui um enorme desafio para as economias em desenvolvimento nos quais a pobreza está disseminada e o nível de desenvolvimento da indústria é muito baixo.

EVIDÊNCIA QUANTO À EFICIÊNCIA DAS EMPRESAS PÚBLICAS VS. AS CONGÊNERES PRIVADAS, E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A POBREZA

O vínculo entre crescimento e eficiência é óbvio. Como esta última pode ser alcançada é menos evidente. Embora os partidários da privatização possam argumentar que a forma de propriedade faz a diferença, a avaliação empírica da relação entre eficiência empresarial e propriedade enfrenta enormes dificuldades. Isso se deve, em parte, às diferenças de objetivos entre as empresas privadas e as públicas.

Millward (1988) apontou, por exemplo, que as evidências empíricas, de modo algum nem de maneira uniforme, sustentam a idéia de que a empresa privada seja mais eficiente do que a pública. Realmente, os estudos sobre privatização e desempenho, sejam eles transnacionais, sejam em nível de países específicos, revelam resultados mesclados. Por exemplo, Megginson, Nash e van Randenborgh (1994) demonstraram que o desempenho financeiro de 61 companhias de 18 países melhorou após a privatização, embora a melhoria tenha sido insignificante e muito menor para as empresas não competitivas. Por sua vez, um outro estudo transnacional, realizado por Cook e Uchida (2001), comprovou que a privatização provocou um impacto negativo sobre o crescimento econômico. A evidência econométrica apresentada por Bhaskar e Khan (1995) para o caso de Bangladesh também desvendou uma vinculação negativa entre o nível dos resultados e a privatização na década de 1980. As evidências mistas quanto ao impacto da privatização sobre a eficiência e o crescimento econômico não desacelerou o processo de privatização em muitos países. De fato, em algumas nações, procedeu-se à privatização apesar de as evidências apontarem o caminho contrário, conforme indicava Millward (1988).

De que forma a experiência de Bangladesh coaduna-se com o quadro geral do processo de privatização nas economias em desenvolvimento? A fragilidade financeira das EEs está bem documentada em Bangladesh, onde elas, conforme já demonstrado, têm sido fortemente dependentes das injeções de equidade e créditos aplicados pelo Estado (Akram, 1999; Banco Mundial, 1995). Tal fato é particularmente verdadeiro no caso das corporações que operam na indústria manufatureira. Dificuldades de caixa nas EEs não financeiras parecem ter-se tornado mais pronunciadas na segunda metade dos anos 80 do século XX. Desde então, em nenhum ano sequer, seus balanços têm mostrado lucro. E suas perdas alcançaram o patamar de, aproximadamente, 2,5% da produção industrial bruta entre 1986 e 1996.

No entanto, três pesquisas, realizadas no passado, revelaram uma evidência crucial quanto ao impacto da privatização sobre a eficiência. A primeira, coordenada pela *Board of Investment*, em 1991, revelou que 53% das companhias privatizadas haviam sido desativadas ou apresentavam disfunção. As que continuavam em operação, não haviam melhorado seu desempenho (Sobham, 1991: 206). O segundo estudo foi desenvolvido por Mahmood & Sobhan (1991), que compararam o desempenho dos moinhos de juta e fábricas têxteis desnacionalizados de 1981 a 1985 – em termos de aumento da produção, desempenho dos fatores de produtividade, desperdício, etc. – com os de propriedade pública. As conclusões desse estudo indicavam que a produção dos moinhos de juta privatizados havia declinado desde a sua desnacionalização. A produtividade dos equipamentos e o desperdício são notavelmente mais baixos nos moinhos desnacionalizados. O resultado geral dessa segunda pesquisa levou seus autores à afirmação de que a privatização possibilitou o aumento da produtividade e dos lucros. Finalmente, as conclusões da pesquisa desenvolvida por Sen (1997), que abarcou 205 empresas privatizadas durante as décadas de 1980 e 1990, revelaram um quadro semelhante. O índice de fechamento foi de 40%, com 55% das companhias desnacionalizadas tidas como operacionais¹⁰. Por outro lado, aquele autor demonstra que a capacidade de lucro das empresas em operação aumentou após serem privatizadas. Tal comprovação, junto aos resultados obtidos pelo estudo de Akram (1999), acerca dos elevados níveis de endividamento e de não pagamento de empréstimos entre as firmas privatizadas, levanta sérias questões quanto a considerar a privatização como panacéia para a eficiência. Em resumo, quando a eficiência é mensurada mediante um indicador financeiro, por exemplo, a lucratividade, a incidência de um desempenho deficiente no setor público é geralmente alta. O interessante na experiência de Bangladesh é que, apesar das demissões mensuráveis de trabalhadores, o desempenho das empresas privatizadas não parecia haver melhorado de modo significativo¹¹.

Existe outro aspecto que continua a merecer atenção. Como se deveriam reinterpretar os altos índices de desativação entre as empresas privatizadas e o inexpressivo desempenho em termos de produtividade dentro do contexto de redução da pobreza? Essa evidência pode sugerir a existência de certos aspectos estruturais na economia de Ban-

10 Akram (2000) sugeriu que o levantamento de Sen indicaria um índice de 28% de fechamento/saída se o termo “fechamento” for modificado no sentido de levar em conta as diferentes formas que assume (por exemplo, “inatividade”). Em todo caso, o índice de fechamento é muito mais do que marginal.

11 Os cortes no emprego sempre foram considerados como fator principal para gerar lucros após a desestatização. Ver, por exemplo, La Porta e Lopez-de-Silanes (1999) e Kikeri (1998) sobre isto.

gladesh que inibem a viabilidade de companhias privatizadas detentoras de determinadas características, tanto quanto ocorre nas empresas públicas nos mesmos setores – por exemplo, redução da estrutura institucional, tecnologia ultrapassada, endividamento, declínio persistente da demanda mundial –, como no caso da juta, altos índices de queda energética, falta de infra-estrutura, competição com o exterior, carência de mão-de-obra capacitada. De fato, os resultados da desnacionalização em países de baixa renda, como Bangladesh, podem ser fundamentalmente distintos dos obtidos em economias de renda média. Essa questão tem importância crucial, conforme consta do pano de fundo deste texto, tanto assim, que requer mais estudo e análise. Na verdade, existe, até onde chega meu conhecimento, apenas uma pesquisa transnacional, desenvolvida por Boukbari e Cosset (1998), que, entre outros temas, examina o desempenho de empresas em economias de média e de baixa renda. Esse estudo chega à conclusão de que existe uma considerável disparidade entre economias de rendas média e baixa, no que diz respeito à eficiência das empresas após a privatização. De acordo com o que estimam os autores, a eficiência em empresas desnacionalizadas no seio das economias de renda média tem-se mostrado bastante favorável, enquanto que o mesmo não se aplica às firmas em operação nas economias de baixa renda.

O impacto direto dessas desativações de empresas sobre a pobreza estaria relacionado à perda de salário das famílias afetadas pelo fechamento, assim como à perda de recursos, por parte das empresas, destinados à aquisição de equipamentos. Embora se possa afirmar com segurança que tais ocorrências exerceram impacto negativo sobre as famílias, elevando, sem dúvida, o nível de pobreza, mesmo que marginalmente, é impossível determinar com precisão a magnitude do impacto sobre a pobreza devido à falta de informações sobre as características dos lares atingidos.

CONCLUSÕES

A experiência de Bangladesh, no que se refere à privatização e suas implicações para o bem-estar social, contém muitas lições para os países em desenvolvimento, sobretudo aqueles cujo *status* classifica-se como de baixa renda. Este estudo traz à luz algumas dimensões da privatização em razão de suas conseqüências para a redução da pobreza. Antes de tudo, o custo do emprego, associado à reestruturação da força de trabalho, no processo de privatização pode ser maior do que seus benefícios imediatos, se é que estes existem. A demissão é a pior forma de reestruturar a força de trabalho em países como Bangladesh, nos quais a seguridade social e os serviços de saúde estão, em sua maioria, relacionados ao trabalho ativo, e não universalmente destinados ao

conjunto da sociedade. O custo dos trabalhadores cujas perspectivas de reintegração ao mercado de trabalho são, por diversas razões, limitadas – por exemplo, idade avançada, dificuldades de mobilização, falta de oportunidades e emprego –, pode ser enorme, e nenhum conjunto de medidas de gratuidade pode ser suficiente para compensar suas perdas e as de seus dependentes.

Em segundo lugar, o objetivo básico da política de privatização em Bangladesh – por exemplo, uso dos recursos resultantes da desnacionalização para fins de desenvolvimento social/humano – não foi alcançado. Apesar das grandes expectativas, expressas em documentos oficiais, no que tange à geração de renda mediante a desnacionalização, a probabilidade de se impor uma pesada carga sobre a sociedade é muito clara, quando considerados os elevados custos da desnacionalização.

Finalmente, a interpretação mais desprezível quanto à eficiência, no caso de Bangladesh, seria a de que o processo de privatização não atendeu às expectativas. É importante, aqui, mencionar dois aspectos. As perdas resultantes do papel *quasi*-fiscal que se esperava que as EEs desempenhassem – como no caso dos subsídios – devem ser vistas separadamente daquelas que ocorreram em razão da ineficiência técnica ou econômica daquelas companhias. Se se considera que as perdas das EEs contribuem mais para o desenvolvimento setorial, tanto público quanto privado, bem como para o bem-estar dos pobres, elas podem ser toleradas. No entanto, se não existir tal justificativa, a racionalização das estratégias de preço e emprego adotadas constitui a primeira opção a ser considerada com vista a melhorar o desempenho financeiro das EEs em Bangladesh. O outro aspecto é a medida em que a ineficiência é associada aos fatores estruturais que prevalecem nos países de baixa renda. A ocorrência de um grande número de desativação de empresas desnacionalizadas em Bangladesh constitui um forte indicador do efeito desses dois fatores. Este é, contudo, um tema que requer mais pesquisas e análises.

Neste trabalho, a avaliação dos efeitos das privatizações limitou-se à eficiência, ao emprego e à geração de renda. Um importante aspecto, que não foi tratado aqui, refere-se às mudanças nos preços, na qualidade e no acesso aos bens e serviços produzidos pelas empresas após sua desnacionalização. Uma análise da privatização que se detenha nesses temas pode trazer à luz resultados cruciais, relevantes para a formulação de políticas em Bangladesh.

Para resumir as considerações acima, faz-se necessária uma análise crítica e independente do processo de privatização nas economias em desenvolvimento. O debate sobre a eficiência das empresas públicas *versus* empresas privadas permanece controverso. Quando realizadas sob as limitações estruturais das economias em desenvolvimento (i.e. estruturas institucionais subdesenvolvidas, mecanismos legais inadequados, imperfeições dos mercados, mercados perdidos, debilidade

dos setores privados, pobreza extensiva e desigualdade), a privatização pode implicar um custo social elevado. A abrangência da reforma das EEs deve ser seriamente explorada, de modo a torná-las mais viáveis. Existem vários exemplos no mundo em desenvolvimento que sustentam o ponto de vista de que as EEs podem desempenhar um papel definitivo na redução da pobreza, gerando oportunidades de emprego, colaborando no desenvolvimento do setor privado; estabelecendo padrões de qualidade e segurança na provisão dos serviços públicos, e direcionando os recursos para regiões subdesenvolvidas.

BIBLIOGRAFIA

- Ahmed, S. (1998) "Bureaucrats in Business (BIB): A review", in R. Sobhan; M. M. Akash and T. Akram (eds.) *Reform of Stated Owned Enterprises and Privatisation*, Centre for Policy Dialogue (CPD) Monograph, No. 2 on Governance and Development.
- Akash, M. M. (1998) "Bureaucrats in Business (BIB): A review", in R. Sobhan; M. M. Akash and T. Akram (eds.) *Reform of Stated Owned Enterprises and Privatisation*, Centre for Policy Dialogue (CPD) Monograph, No. 2 on Governance and Development
- Akram, T. (2000) "Entry, Exit, Efficiency and the Question of Privatisation: The Case of Bangladesh", in *The Bangladesh Development Studies*, Vol. XXVI, No. 1.
- Akram, T. (1999) "Public Enterprise Inefficiency and the Road to Privatisation in Bangladesh", in *Journal Of Bangladesh Studies*, Vol 1, No. 1.
- BBS (2000) *Bangladesh Household Income And Expenditure Survey* (Dhaka: Bangladesh Bureau of Statistics – BBS).
- Basu, P. K. (1994) "Demystifying Privatisation in Developing Countries", in *International Journal of Public Sector Management*, Vol. 7, No. 3, pp. 44-55
- Bayliss, K. and Fine, B. (1998) "Beyond Bureaucrats in Business: A Critical Review of the World Bank Approach to Privatisation and Public Sector Reform", in *Journal of International Development*, Vol. 10, No. 7, pp. 841-855.
- Birdsall, N. and J. Nellis (2002) "Winners and Losers: Assessing the Distributional Impact of Privatisation", Working Paper, No. 6, Centre for Global Development
- BDF (2002) *Public Expenditure Review*, Bangladesh Development Forum (BDF).
- Bhaskar, V and Khan, Mushtaq, M. (1995) "Privatisation and Employment: A Study of the Jute Industry in Bangladesh", in *The American Economic Review*, Vol. 85, No.1, pp. 267-73.

- Bhattacharya, D. and Titumir, R. A. M. (eds.) (2001) "Stakeholders' Perceptions: Reforms and Consequences", in *Structural Adjustment Participatory Review Initiative* (Dhaka: Shraban Prokashoni).
- Boubakri, N. and Cosset, J. C. (1998) "The Financial and Operating Performance of Newly Privatised Firms: Evidence from Developing Countries", in *The Journal of Finance*, Vol. LIII, No. 3, June 1998.
- Chenery, H; M. S. Ahluwalia, C. L. G. Bell, J. H. Duloy and R. Jolly (1974) *Redistribution with Growth* (Oxford: Oxford University Press).
- Chisari, O.; Estache, A. and Romero, C. (1997) "Winners and Losers from Utility Privatisation in Argentina: Lessons from a General Equilibrium Model" *World Bank* <<http://www.worldbank.org/wbi/regulation/pubs/1824winnerslosers.html>>.
- Commander, S. and Killick, T. (1988). "Privatisation in developing countries: a survey of the issues", in Paul Cook and Colin Kirkpatrick, (eds.) *Privatisation in Less Developed Countries* (Londres: Harvester Wheatsheaf).
- Cook, P and Uchida, Y. (2001) "Privatisation and Economic Growth in Developing Countries" Centre on Regulation and Competition, Working Paper Series, No. 7
- Cook, P. and Kirkpatrick, C. (1995) "The Distributional Impact of Privatisation in Developing Countries", in V.V. Ramanadham (ed.) *Privatisation and Equity* (Londres: Routledge).
- Dagdeviren, H.; R. van der Hoeven and J. Weeks (2002) "Poverty Reduction with Growth and Redistribution", in *Development and Change*, Vol. 33 (3).
- Dhameja, N. and K. S. Sastry (2002) *Public Sector Restructuring and Privatisation* (Nova Delhi: Kanishka Publishers).
- Goyal, S. K. (2000) "Privatisation in India", in *Privatisation in South Asia*, G. Joshi (ed.) (Nova Delhi: ILO).
- Humphrey, C. L. (1990) *Privatisation in Bangladesh: Economic Transition in a Poor Country* (Westview Press).
- ILO (1999) *Retraining and Redeployment of Workers Affected by Privatisation in Bangladesh* (Genebra: International Labour Office).
- Islam, M. Faizul (1999) "The Emergence of Market Oriented Reforms in Bangladesh: A Critical Appraisal", in *Journal of Bangladesh Studies*, Vol. 1, No.1.
- Joshi, G. (2000) "Overview of Privatisation in South Asia", in G. Joshi (ed.) *Privatisation in South Asia*, (Nova Delhi: ILO).
- Kikeri, S. (1998) "Privatisation and Labor –What happens to workers when governments divest?", *World Bank Technical Papers* No. 396, February 1998.

- La Porta, Rafael and Florencio Lopez-de-Silanes, 1999. "The benefits of privatization: evidence from Mexico", in *The Quarterly Journal of Economics*, CXIV(4): 1193-1242.
- Luther, M. M. (1998) *Public Sector Reforms – Myths and Realities* (HarAnnad Publications).
- Macedo, R. (2000) "Privatisation and the Distribution of Assets and Income in Brazil", Working Papers, No.14, Carnegie Endowment for International Peace.
- Mahmood, S. A. and Sobhan, R. (1991) "The Economic Performance of Denationalised Industries in Bangladesh: The Case of the Jute and Cotton Textile Industries", *BIDS Research Report*, No. 129.
- Megginson, William L., Robert C. Nash and Matthias van Randenborgh (1994) "The financial and operating performance of newly privatized firms: an international empirical analysis", in *The Journal of Finance*, 49 (12): 403-52.
- Millward, R. (1988) "Measured Sources of Inefficiency in the Performance of Private and Public Enterprises in LDCs" in Paul Cook and Colin Kirkpatrick (eds.) *Privatisation in Less Developed Countries* (Londres: Harvester Wheatsheaf).
- Ministry of Disinvestment, *Annual Report – 2001-2002* (Governo da Índia).
- Mishra, R. K.; P. Geeta, B. Navin (2003) *Privatisation – Evolution of Indian Thought* (Nova Delhi: Anmol Publications).
- MOF (2003) *Interim Poverty Reduction Strategy Paper*, Ministry of Finance of Bangladesh, january.
- Paredes, M. Ricardo (2001) "Redistributive Impact of Privatisation and Regulation of Utilities in Chile", *WIDER Discussion Paper*, WDP-2001/9
- PCB (2001) "Privatization Policy of Government of Bangladesh", in *Privatisation Comission of Bangladesh*.
- Ramanadham, V. V. (1995) "The Impacts of Privatisation on Distributional Equity", in V.V. Ramanadham (ed.) *Privatisation and Equity* (Londres: Routledge).
- Ravallion, M. (2001) "Growth, Inequality, and Poverty: Looking beyond Averages", World Bank Working Papers.
- Sen, B. (1991) "Privatisation in Bangladesh: Process, Dynamics and Implications", in V. Kanesalingam (ed.), *Privatisation – Trends and Experiences in South Asia* apresentação em seminário organizado pelo Committee on Studies for Cooperation in Development in South Asia (Delhi: Macmillan India Ltd).

- Sen, B. (1997) "Whither Privatisation: Results of An Exploratory Survey of the Disinvested Industries in Bangladesh" (Bangladesh Institute of Development Studies, mimeo).
- Sobhan, Rehman (1991) "An Industrial Strategy for Industrial Policy: Redirecting the Industrial Development of Bangladesh in the 1990s", in *The Bangladesh Development Studies*, Vol. XIX, March-June 1991, No. 1-2
- Stiglitz, J. (2002) *Globalisation and its Discontents* (Inglaterra: Penguin Books).
- Van der Hoeven, R. and Sziraczki, G. (1997) *Lessons from Privatisation: Labour Issues in Developing and Transitional Countries* (Genebra: International Labour Office).
- Venkataratnam, C. S. "Adjustment and privatisation in India", in R. van der Hoeven and G. Sziraczki (eds.) *Lessons from Privatisation* (Genebra: International Labour Office).
- World Bank (1995) *Bangladesh: From Stabilization to Growth*, A World Bank Country Study (Washington, D.C: World Bank).